

Educação Ambiental no Ensino de Geografia na Escola Municipal Professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque: Percepções e Práticas Docentes

Environmental Education in Geography Teaching at Professor Lynaldo Cavalcanti de

Albuquerque Municipal School: Teachers' Perceptions and Practices

Educación Ambiental en la Enseñanza de la Geografía en la Escuela Municipal Profesor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque: Percepciones y Prácticas Docentes

Recebido: 23/07/2025 | Revisado: 13/08/2025 | Aceito: 25/08/2025 | Publicado: 17/10/2025

Taciano Oliveira Fernandes

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-5638-2316>

Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: tacianoof@gmail.com

Antonio Virginio Martins Neto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5617-2579>

Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: antonioneto_geo@hotmail.com

Resumo

Este estudo analisa a integração da Educação Ambiental no ensino de Geografia nos anos finais do Ensino Fundamental, tomando como campo de pesquisa a Escola Municipal Professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, em João Pessoa (PB). O objetivo central foi investigar as percepções dos professores de Geografia sobre a Educação Ambiental e sua aplicação nas práticas pedagógicas. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre o tema, complementada pela aplicação de questionários com docentes, abordando suas concepções e práticas em relação à temática, através de abordagem mista (qualitativa e quantitativa), buscando compreender o fenômeno por meio do método dialético. Os resultados indicam que a Educação Ambiental ainda é pouco explorada de forma prática tanto em sala de aula quanto na comunidade escolar. Além disso, identificou-se uma dissonância entre as atividades pedagógicas desenvolvidas, a abordagem da Educação Ambiental e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola. Conclui-se que, há necessidade de maior articulação entre teoria, prática e planejamento institucional para efetivar a Educação Ambiental no ensino de Geografia.

Palavras-chaves: anos finais; ensino fundamental; professores; planejamento.

Abstract

This study investigates how Environmental Education is integrated into Geography teaching in the final years of elementary school, focusing on the Municipal School Professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, in João Pessoa (PB), Brazil. Through a literature review and the application of questionnaires to teachers, using both qualitative and quantitative approaches within a dialectical method, the research analyzed educators' perceptions and pedagogical practices. The results show that Environmental Education is still rarely applied in practice, both in the classroom and in the school community. Furthermore, a disconnect was identified between pedagogical activities, the school's Political-Pedagogical Project (PPP), and the environmental approach. The study concludes that greater alignment between theory, practice, and institutional planning is needed to effectively implement Environmental Education in Geography teaching.

Keywords: final years; elementary school; teachers; planning.

Resumen

Este estudio investiga cómo se integra la Educación Ambiental en la enseñanza de Geografía en los años finales de la educación primaria, tomando como campo de investigación la Escuela Municipal Profesor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, en João Pessoa (PB), Brasil. A través de una revisión bibliográfica y la aplicación de cuestionarios a docentes, con un enfoque mixto (cualitativo y cuantitativo) y basado en el método dialéctico, se analizaron las percepciones y prácticas pedagógicas de los profesores. Los resultados muestran que la Educación Ambiental aún se aplica poco en la práctica, tanto en el aula como en la comunidad escolar. Además, se identificó una desconexión entre las actividades pedagógicas, el Proyecto Político-Pedagógico (PPP) de la escuela y el enfoque ambiental. Se concluye que es necesario un mayor alineamiento entre la teoría, la práctica y la planificación institucional para implementar de manera efectiva la Educación Ambiental en la enseñanza de Geografía.

Palabras clave: años finales; educación primaria; docentes; planificación.

Introdução

O século XXI tem sido marcado por transformações ambientais profundas, decorrentes da ação humana e do modelo de desenvolvimento vigente. Tais mudanças impactam diretamente a vida em sociedade, demandando reflexões críticas sobre o consumo dos recursos naturais e a conservação do meio ambiente – discussão que deve ser central no âmbito escolar. Nesse contexto, a Educação Ambiental (EA) emerge como tema urgente no ensino de Geografia, pois possibilita a formação de cidadãos conscientes e críticos frente aos desafios socioambientais globais e locais.

A escola, enquanto espaço de construção de conhecimento, tem o papel de promover a EA não

apenas como conteúdo curricular, mas como prática transversal e transformadora. O professor de Geografia, em especial, é um agente fundamental nesse processo, ao relacionar conceitos como espaço geográfico, sustentabilidade e meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2007) com a realidade cotidiana dos alunos. Contudo, observa-se que a abordagem da EA ainda é frequentemente superficial, limitada a materiais didáticos pouco aprofundados (SOUSA *et al.*, 2021), e desconectada do Projeto Político-Pedagógico (PPP) das instituições.

Nesse sentido, é fundamental que os professores de Geografia desenvolvam estratégias pedagógicas que permitam aos estudantes compreender as dinâmicas socioambientais dessa realidade escolar, formando atores sociais críticos e comprometidos com o desenvolvimento político, econômico e sustentável da região.

Logo, nossa questão de pesquisa se direciona para a prática docente: Como os professores de Geografia dos anos finais do Ensino Fundamental da Escola Municipal Professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque (João Pessoa/PB) integram a Educação Ambiental em suas práticas pedagógicas, e quais desafios enfrentam nesse processo?

O estudo busca contribuir para:

1. A reflexão sobre os desafios da EA no ensino de Geografia de uma unidade de ensino;
2. E a articulação entre formação docente, prática escolar e Projeto Político Pedagógico e a temática Educação Ambiental.

Além disso, o estudo pode identificar estratégias didáticas que, quando pensadas coletivamente, possam fortalecer a construção de uma escola pública mais crítica, participativa e comprometida com a sustentabilidade territorial. Dessa forma, a pesquisa não apenas evidencia desafios locais, mas também aponta caminhos para uma educação geográfica transformadora, capaz de formar cidadãos conscientes e atuantes na promoção do desenvolvimento regional equilibrado.

Assim, o professor em sala de aula é um agente transformador no que tange à aprendizagem do seu aluno, contribuindo para um cidadão consciente e crítico sobre as questões ambientais. Contudo, esse ensino perpassa pela formação continuada, o referido apresenta problemas em escala global, mas também em escala local, do dia a dia do seu aluno, com isso possibilitando uma visão ampla sobre os mais variados elementos que compõem o chamado meio ambiente, ou seja, o espaço geográfico.

Hoje, sabemos que alguns recursos naturais estão escassos devido a ação predatória do homem sobre o meio ambiente, ações essas que muitas vezes são justificadas pelos avanços tecnológicos que o mundo vem sofrendo ao longo de milhares de anos. Segundo Santos (2007) a união entre a técnica e a ciência é uma lógica de mercado, e as mudanças promovidas por ela interfere diretamente no espaço, e nesse sentido, para ele os objetivos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, dando origem ao chamado meio técnico-científico-informacional.

É importante ressaltar que o homem faz parte do meio ambiente e, que esse é parte integrante do

espaço geográfico, espaço esse onde as relações homem-homem, homem-meio ambiente acontecem dando vida ao lugar, ou simplesmente tirando a vida do lugar, isso depende muito dessa relação e de seus objetivos, se são simplesmente capitalistas, ou de fato é uma relação de uso consciente dos recursos, cuidando deles para que haja uma boa conservação desses ao longo dos anos, ou seja, uma ação pensada, contudo, sustentável. É nesse sentido da conservação, da sustentabilidade e da conscientização crítica que a Educação Ambiental deve ser pensada na prática pedagógica dos professores de Geografia.

De acordo com Sousa *et al.* (2021), a Educação Ambiental nas aulas de geografia, possui uma relevância muito grande por unir alguns elementos da aprendizagem que permitem exercitar, pensar, entender e agir numa lógica, tanto individual como coletiva, sobre determinadas questões sociais. Logo, ao utilizarmos alguns instrumentos como o livro didático devemos ter em mente que o *mesmo* não é o fim, nem o meio, é mais um instrumento didático para abordagem do tema em questão em sala de aula, pois, no que tange o assunto sobre a Educação Ambiental o livro didático apresenta o conteúdo de forma superficial. Assim, o professor não pode se limitar ao conteúdo desse instrumento para o planejamento e as ações de suas aulas, sendo ele um apoio para o discente e para o docente por ser bem acessível.

Nesse sentido, o presente trabalho buscou investigar através da pesquisa qualitativa e quantitativa como é essa relação de ensino-aprendizagem, professor de geografia-aluno, com a Educação Ambiental em sala de aula e para além dela. Daí a importância da nossa pesquisa, pois a *mesma* visa contribuir para formação do professor de geografia e sua prática em sala de aula, bem como para uma sociedade mais consciente do uso dos recursos naturais e da conservação do espaço geográfico em que habitam.

A pesquisa traz um novo olhar sobre o processo de ensino-aprendizagem nas aulas de Geografia e sua relação com a Educação Ambiental, sobre os instrumentos utilizados pelos professores para ministração de suas aulas.

Metodologia

Esta pesquisa adota uma abordagem mista (qualitativa e quantitativa), de acordo com Minayo (2001, p. 21), “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”, já para Lakatos e Marconi (2003, p. 151), “a pesquisa quantitativa baseia-se na quantificação dos dados, tanto na coleta quanto na análise, utilizando técnicas estatísticas para descrever e inferir resultados”.

O caminho metodológico da pesquisa foi fundamentado em pesquisa bibliográfica e empírica. E, portanto, a mesma se desenvolveu tendo como base autores como: Cavalcanti (2024), Silva e Ramalho (2021), Sousa *et al.* (2021), Sauvé (2005), Loureiro (2012), Freire (1996), Lakatos (2003), Santos (2007), entre outros.

Quanto à estrutura metodológica a *pesquisa* foi desenvolvida na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, localizada na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, de acordo com a Figura 1. O universo da pesquisa foram 3 professores que lecionam Geografia nos anos finais, na respectiva escola.

Figura 1: Localização Geográfica da Escola.



Fonte: Google Maps (2025).

A escola foi escolhida por trabalhar a Educação Ambiental na melhoria de sua estrutura física através de algumas ações implementadas ao longo do ano letivo. E apresentar na sua grade de disciplina a Geografia, a qual tem a incumbência de lecionar a Educação Ambiental nos anos finais do Ensino Fundamental, temática que é estudada nesta pesquisa. O acesso à escola, bem como aos professores da disciplina de Geografia foi realizado mediante autorização prévia da Secretaria de Educação do Município.

Quanto à pesquisa empírica, foi aplicado um questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, aplicados de maneira virtual, utilizando o *Google Forms*, por meio de um link disponibilizado, no mês de maio de 2025, para os professores que ensinam na disciplina de Geografia.

Na fase final da pesquisa, os dados coletados foram sistematizados, analisados e discutidos com base em representações gráficas. Além da abordagem quantitativa expressa nos gráficos, realizamos uma análise qualitativa dos discursos presentes nas respostas dos professores, permitindo uma compreensão mais aprofundada das percepções e experiências docentes em relação ao tema investigado. Segundo Foucault (2008, p. 56), "A análise do discurso não trata da linguagem como sistema de significação; trata das séries discursivas como práticas que formam os objetos de que falam", ou seja, a análise do discurso vai muito além do tratamento dos dados em si, o discurso produz sentidos e constrói objetos sociais, e não apenas os representa.

A Geografia Escolar

Quando pensamos em Geografia Escolar, pensamos na escola, na sala de aula, nos alunos, na comunidade local, porém não devemos desassociar essa da Geografia acadêmica, pois ambas se complementam na formação dos professores de Geografia.

Nesse sentido, Cavalcanti apud Cabral (2024, p. 10) nos mostra que a Geografia acadêmica-científica:

É o conjunto de conhecimentos formulados por geógrafos investigadores, com referências na história da ciência em suas diferentes matrizes teórico-epistemológicas. É resultado da produção de teorias, categorias e conceitos, postulados, sistemas e classificações que são disponibilizados aos estudantes, futuros professores, para ajudá-los a formarem compreensões e análises do mundo na perspectiva espacial.

Por conseguinte, a Geografia Escolar, para Cavalcanti apud Cabral (2024, p. 10),

[...] é o conjunto de conhecimentos estruturados e veiculados na prática docente, com o objetivo de compor o objeto da formação escolar dos alunos da escola básica, para que eles, por sua vez, como cidadãos, possam também compreender e analisar o mundo em sua dimensão espacial.

Para Cavalcanti (2010), a Geografia como disciplina escolar é um feixe de referências e, entre elas, está a ciência geográfica estudada nas nossas universidades. Logo, para lecionar no Ensino Fundamental é necessária uma articulação do saber, pois a disciplina tem história, estrutura e lógicas próprias.

Portanto, podemos perceber que o conhecimento geográfico faz parte de um contexto maior, em que estão envolvidos vários autores no processo de ensino-aprendizagem. É nesse cenário que temos a formação de um aluno crítico e atento ao mundo em sua volta.

O Componente Curricular de Geografia nos Anos Finais do Ensino Fundamental

O componente curricular de Geografia faz parte da área das Ciências Humanas. Segundo Lima (2021), ele é marco pela noção de tempo, espaço e o movimento conectado ao saber fazer pedagógico, *dessa forma* existe uma valorização da ação humana e suas relações de poder, proporcionando uma produção do conhecimento de forma contextualizada, interdisciplinar, numa perspectiva ampla com vista aos diretos humanos.

Dessa forma, existe um conhecimento agregado que contribui na formação da ética, do respeito ao ambiente e à coletividade, além de fortalecer os valores sociais de solidariedade, protagonismo e formação de um estudante autônomo, conforme Lima (2021).

Ainda, segundo Lima (2021), o componente de Geografia, de acordo, com a Base Nacional Comum Curricular (2017), propõe cinco Unidades temáticas (O sujeito e o lugar no mundo; Conexões e escalas; Mundo do trabalho; Formas de representação e pensamento espacial; Natureza, ambientes e qualidade de vida), ao longo dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, de tal forma que existe uma progressão das habilidades.

Logo, a Geografia tem em vista uma aprendizagem multidisciplinar e interdisciplinar articulada com a realidade do estudante. *Nessa perspectiva* Lima (2021, p. 32), nos ensina que:

A atitude científica e a criatividade consolidam um ensino da Geografia mais significativa, instigando professores e estudantes a serem estimulados a pensar espacialmente e desenvolverem o raciocínio geográfico, sendo relevantes os enfoques construtivistas na didática da Geografia. Os princípios do raciocínio geográfico: Analogia, Conexão, Diferenciação, Distribuição, Extensão, Localização e Ordem contribuirão na resolução de problemas, não somente da Geografia, mas também de outras áreas do conhecimento (como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Artes, Educação Física e Literatura).

Nessa perspectiva, não nos resta dúvida que o componente de Geografia é uma disciplina, portanto, consolidada no que tange aos anos finais do Ensino Fundamental.

Os discentes são desafiados a pensar geograficamente, desenvolvendo um pensamento espacial e o raciocínio geográfico, promovendo uma formação cidadã-crítica, criativa, num saber dialógico, sendo personagem principal, e tendo os diferentes olhares sobre o espaço vivido, concebido e percebido, (Lima, 2021).

Por último, para Callai (2016), é importante ter uma Base Nacional Comum Curricular, contudo que forme o aluno com uma perspectiva crítica, que discuta as possibilidades, saiba o conteúdo e não apenas decorá-lo. Pois é necessário ensinar o discente a saber pensar e para nós professores de Geografia cabe ensinar o pensamento geográfico e a Base não dá conta disso.

Educação Ambiental e a Base Nacional Comum Curricular

O planeta terra ao longo da sua existência vem sofrendo com as causas ambientais, em alguns momentos da história esses problemas se agravam com a ação do homem sobre o espaço geográfico. Dessa forma, a Educação Ambiental é fundamental para uma maior conscientização do uso dos recursos naturais encontrados na natureza.

Podemos entender a Educação Ambiental como:

[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999, p. 1)

Logo, podemos perceber que a Educação Ambiental é um ato individual, mas também coletivo do ser humano que visa a conservação do meio ambiente, de tal forma que reverbera em uma melhor qualidade de vida das sociedades.

Existe um novo formato no que tange a Educação Ambiental para os nossos dias:

“O novo paradigma da educação ambiental se pauta numa abordagem transformadora, que objetiva promover ambientes educativos de mobilização de processos de intervenção sobre a realidade e os seus problemas socioambientais, contribuindo para o exercício de uma cidadania ativa”. (Silva; Ramalho, 2021, p. 286).

Conforme os autores precisamos nos unir para uma práxis no que se refere ao tema “Educação Ambiental” na escola, pois essa deve ser capaz de transformar não apenas a realidade do aluno, mas também

a realidade da comunidade e da sociedade em que todos estão inseridos.

E, portanto, segundo Cunha (2017, p. 8 *apud* Silva; Ramalho, p. 286), A educação ambiental “[...] pode ser desenvolvida nas escolas a partir de projetos, disciplinas especiais, inserção da temática ambiental nas disciplinas, temas transversais, atividades comunitárias, datas e eventos significativos. ”

Dessa maneira a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um instrumento criado a nível nacional, tendo por base a política educacional dos entes federativos (Estados, Municípios e o Distrito Federal), ela compõe a Política Nacional da Educação Básica e tem como objetivo contribuir para:

[...] a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação. (Brasil, 2018, p. 8).

A Lei nº 6.938/81, dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, artigo 2º, inciso X, a “educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente”. Conforme Sousa *et al.* (2021), O Brasil, localizado na América Latina, é o único país dessa região que possui uma política nacional específica para a Educação Ambiental.

Portanto, de acordo com a Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, aborda a Educação Ambiental na Educação Básica:

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando: I – educação básica: a. educação infantil; b. ensino fundamental e c. ensino médio; II – educação superior; III – educação especial; IV – educação profissional; V – educação de jovens e adultos. Art. 10º A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades de ensino formal. (BRASIL, 1999, p. 1).

Ainda segundo Sousa *et al.* (2021), a lei estabelece a implantação da Educação Ambiental nos estabelecimentos de ensino, contudo, isso não acontece, sendo fruto de pragmatismo dos currículos escolares. Todavia, isso é resultado da Base Nacional Comum Curricular, que estabeleceu esta temática como estudo transversal, sendo de pouca efetividade, devido a abordagem de forma superficial em sala de aula, gerando assim, um desinteresse dos professores, como também dos alunos.

Para Silva e Ramalho (2021), a Base Nacional Comum Curricular traz a Educação Ambiental associada a uma conscientização ambiental e ao consumo responsável, ela não é vista como um princípio necessário ao desenvolvimento das competências e habilidades gerais do aluno. E, portanto, o discente não terá uma consciência crítica e promotora das transformações socioambientais.

Para Barbosa e Oliveira (2020, *apud* Silva; Ramalho, 2021, p. 287), existe uma problemática a ser

resolvida:

Nesse sentido, a educação ambiental e a sua importância para a apreensão das problemáticas ambientais atuais são relegadas a segundo plano na educação básica, desconsiderando o processo histórico dos movimentos ambientalistas e a luta por políticas públicas que fortaleçam a educação ambiental no país.

Portanto, percebe-se que a Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular precisa ser revista, tendo em vista a importância dessa temática para a construção do pensamento crítico nos alunos e na sociedade no que tange aos problemas socioambientais da atualidade.

Resultados

O estudo estruturou-se em três eixos analíticos fundamentais: a Educação Ambiental e o ensino de Geografia (I), prática pedagógica e os recursos didáticos empregados (II), e por último, as relações entre escola, comunidade e o Projeto Político Pedagógico (III).

Para operacionalizar este estudo, desenvolvemos um instrumento de coleta composto de uma abordagem quantitativa (perguntas fechadas) e qualitativas (perguntas abertas), neste último caso, analisando as nuances da escrita dos professores.

Educação Ambiental e o ensino de Geografia

O instrumento de coleta de pesquisa incluiu três questões específicas entre a Educação Ambiental e o ensino de Geografia. A primeira questão: “Como você percebe a relação entre Educação Ambiental e o Ensino de Geografia? ”

Quadro 1 – Respostas dos professores sobre a percepção da relação entre Educação Ambiental e o Ensino de Geografia.

Resultados	
Professor 1	Essencial, já que a geografia é uma disciplina que está relacionada com a interação ou ação do homem com o espaço geográfico.
Professor 2	De forma bastante teórica, faltando praticar lá em aulas de campo.

Fonte: Elaboração dos autores (2025).

Obtivemos respostas de apenas dois professores, do universo de três docentes, conforme apresentado no Quadro 1. Este índice de respostas (66,7% do total de professores pesquisados) sugere: em certa medida, que os professores tiveram dificuldade em tratar com a temática, Educação Ambiental.

Assim, outras inquietações surgem tais como: será que os professores não tiveram falta de familiaridade com o tema em questão? Bem como, uma dificuldade em articular as duas áreas do conhecimento na prática docente, deixando assim uma grande lacuna em sua práxis?

Em sequência foi perguntado aos professores, “Na sua opinião, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aborda a Educação Ambiental no componente de Geografia? ”. Foi possível obter as seguintes respostas conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Respostas dos professores sobre como a BNCC aborda a Educação Ambiental no componente de Geografia.

Resultados	
Professor 1	De forma resumida, acho que deveria ter uma abordagem maior e, em todos os anos fundamentais e no ensino médio.
Professor 2	Sim.
Professor 3	Sim.

Fonte: Elaboração dos autores (2025).

Quando consideramos os temas aplicados pelos professores em sala de aula sobre a Educação Ambiental, eles responderam majoritariamente que trabalham o “Desmatamento e biodiversidade”, observando que os professores pouco argumentaram sobre o tema, talvez por possível desconhecimento da BNCC? Percebe-se fragilidade na apropriação docente da BNCC, pois na BNCC (BRASIL, 2017), a Educação Ambiental é um tema transversal e os professores demonstraram dificuldade em discutir, apresentar uma leitura crítica do documento norteador.

Percebe-se que há um consenso entre os professores que participaram da pesquisa sobre a importância da relação entre Educação Ambiental e Geografia, mas ressaltam que de certa medida, há uma dificuldade em elaborar aulas de campo, e enfatiza bases teóricas e conceituais, entre homem e espaço.

Podemos perceber conforme o Quadro 2 que a percepção entre a relação da educação Ambiental e o ensino de Geografia para os professores é importante no currículo, entretanto, ainda se faz necessária uma abordagem mais eficaz no que tange a prática, a vivência do dia a dia em campo. Para Cunha (2017, p. 8, *apud* Silva; Ramalho, 2021, p. 286), a educação ambiental poderá ser desenvolvida nas escolas mediante projetos e atividades comunitárias, bem como em ocasiões específicas: datas e eventos significativos.

O estudo buscou perceber quais as estratégias pedagógicas adotadas pelos professores no tratamento da Educação Ambiental e seus temas correlatos no contexto das aulas de Geografia, na ocasião os professores tiveram a oportunidade de assinalar mais alternativas. E o resultado pode ser percebido no Quadro 3.

Quadro 3 – Respostas dos professores sobre quais temas de Educação Ambiental que eles priorizam em suas aulas.

Resultados	
Mudanças climáticas	1 Professor
Gestão de resíduos (lixo, reciclagem)	2 Professores
Conservação da água e recursos hídricos	2 Professores
Desmatamento e biodiversidade	3 Professores
Sustentabilidade urbana e rural	1 Professor
Outros	0

Fonte: Elaboração dos autores (2025).

O resultado apontou que em relação aos temas abordados em sala de aula, o que mais se destacou foi o “Desmatamento e Biodiversidade”, isso mostra a preocupação dos professores com a preservação da flora e fauna, bem como com sua conservação.

Desta maneira, a predominância de temas tradicionais reflete uma Educação Ambiental, mais reativa (focada em problemas) do que proativa (soluções sustentáveis). Assim, devemos também refletir que os professores podem ampliar o leque de abordagens e consequentemente fortalecer a formação crítica dos alunos. Também, percebe-se na opção outros conforme o Quadro 3, abordagens de temas interdisciplinares que poderiam complementar a proposta didática tratando de temas emergentes e contemporâneos, tais como, crise climáticas e eventos extremos.

Prática pedagógica e os recursos didáticos empregados

A prática docente consiste em um conjunto de ações planejadas pelo professor, que são aplicadas intencionalmente em sala de aula com o objetivo de facilitar a aprendizagem dos alunos. Essas ações vão desde o planejamento de ensino até as estratégias usadas para ministração da aula, passando pelo uso da Tecnologia da Informação.

Para Libâneo (2013, p. 14-15),

O trabalho docente é parte integrante do processo educativo mais global pelo qual os membros da sociedade são preparados para a participação na vida social. A educação – ou seja, a prática educativa – é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e ao funcionamento de todas as sociedades. Cada sociedade precisa cuidar da formação dos indivíduos, auxiliar no desenvolvimento de suas capacidades físicas e espirituais, prepará-los para a participação ativa e transformadora nas várias instâncias da vida social. Não há sociedade sem prática educativa nem prática educativa sem sociedade.

Nessa perspectiva, o estudo sobre a prática docente investigou, por meio de questionamento aos professores, quais recursos didáticos eles utilizam para ensinar Educação Ambiental em suas aulas. Ressalta-se que os entrevistados podiam assinalar mais de uma opção na questão apresentada no Quadro 4.

Quadro 4 – Respostas dos professores sobre a utilização dos recursos didáticos usados para ensinar Educação Ambiental.

Resultados	
Livro didático	3 Professores
Apostilhas e materiais complementares	Nenhum professor
Tecnologias digitais (Google sala de aula, vídeos, apps)	3 Professores
Atividades práticas (Saídas de campo, projetos)	1 Professor
Outros	Nenhum professor

Fonte: Elaboração dos autores (2025).

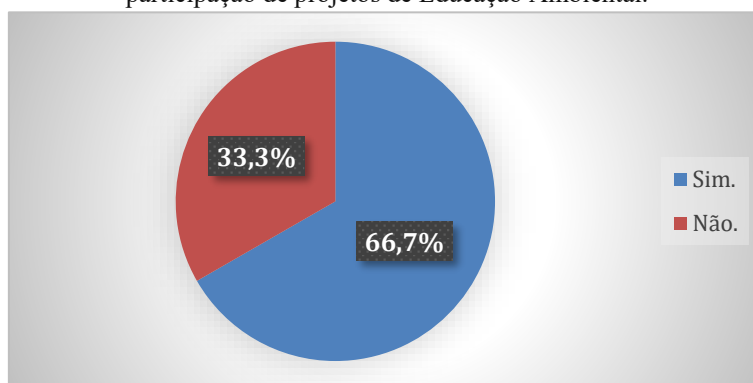
Os resultados evidenciam que a maioria dos professores ainda apresentam uma predominância no uso dos livros didáticos, muitas vezes, atrelado a uma sobrecarga de trabalho e a falta de tempo. Com jornadas extensas, aulas com múltiplas turmas, muitos professores não dispõem de tempo hábil para buscar, elaborar ou adaptar materiais didáticos mais diversificados, desta maneira, o livro didático acaba sendo a opção mais viável.

Embora, os professores tenham relatado o uso de tecnologias digitais em sala de aula, percebe-se a dificuldade de proporcionar vivências ambientais significativas com os alunos, por exemplo, visita ao ecossistema local, estudos do meio na comunidade, ou seja, as aulas de campo são pouco usuais, talvez, se esbarra em obstáculos logísticos e financeiro ou até mesmo de formação continuada.

Sabemos que essa limitação, com as aulas de campo, pode trazer consequências no processo formativo do aluno, pois sem vivências reais, a Educação Ambiental acaba sendo reduzida a conceitos abstratos e distantes da vivência do aluno.

Ainda quando consideramos a prática docente e recursos, perguntamos aos professores se eles já tinham desenvolvido ou participaram de projetos de Educação Ambiental na escola, se a resposta deles fosse “sim” a questão pedia que descrevesse brevemente essa ação, se “não”, você gostaria de implementar? Logo, foi possível obter os resultados apresentados na Figura 2.

Figura 2: Respostas dos professores com relação ao desenvolvimento ou participação de projetos de Educação Ambiental.



Fonte: Elaboração dos autores (2025).

Dos dois docentes que responderam “sim”, apenas um descreveu como foi trabalhado essas questões, conforme o professor entrevistado:

“Sobre reciclagem, com materiais descartados no reaproveitamento para uso, e também na conscientização da retirada desses materiais no ambiente, como fundamental para a construção de um planeta menos poluído”. (PROFESSOR ENTREVISTADO, 2025)

Neste sentido, é possível inferir que os resultados apontaram uma tentativa de aliar teoria e prática, por meio dos projetos de Educação Ambiental, desenvolvidos na escola, ainda que de forma pontual, ao propor discutir a temática reciclagem.

No entanto, a ausência de detalhamento dos docentes, ou até mesmo a carência no desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental na escola por parte do professor, conforme relatou, indica uma possível fragilidade no planejamento ou na sistematização das ações, talvez por falta de formação continuada, carência em integração curricular, ou até mesmo desconhecer a relação de temas transversais e o Projeto Político Pedagógico da escola.

Como parte da investigação sobre práticas pedagógicas, direcionou-se aos docentes a seguinte questão aberta “o que poderia melhorar o ensino de Educação Ambiental na sua escola?”. As respostas obtidas encontram-se sistematizadas no Quadro 5.

Quadro 5 – Respostas dos professores sobre as melhorias no ensino de Educação Ambiental na escola.

Resultados	
Projetos relacionados a educação ambiental	1 Professor
Mas apoio da equipe técnica e menos projetos da SEDEC	1 Professor
Mais apoio dos órgãos públicos	1 Professor

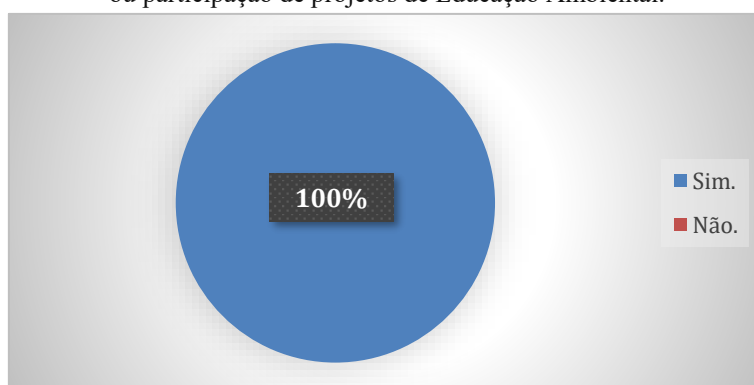
Fonte: Elaboração dos autores (2025).

As respostas dos professores apresentadas no Quadro 5 enfatizam a importância de um maior envolvimento desses juntamente com a escola na criação de projetos voltados para Educação Ambiental,

que envolva a comunidade escolar, mas também a comunidade local nessas ações. Também podemos observar através das respostas que existe uma demanda de ações por parte da Secretária Municipal de Educação para os docentes, que muitas vezes ficam sobrecarregados.

Partindo dessa premissa da melhoria do ensino de Educação Ambiental na escola, foi perguntado “Você gostaria de receber capacitação ou materiais sobre Educação Ambiental?”. Foi possível obter as seguintes respostas apresentadas na Figura 3.

Figura 3: Respostas dos professores com relação ao desenvolvimento ou participação de projetos de Educação Ambiental.



Fonte: Elaboração dos autores (2025).

De acordo com a Figura 3 todos os professores entrevistados responderam que há o desejo de ter mais formação e receber materiais para trabalharem com a Educação Ambiental em suas aulas, assim sendo, teremos um maior envolvimento por parte dos autores na práxis da EA.

Ainda dentro da análise da pergunta foram feitas às seguintes observações: Se sua resposta foi SIM descreva “quais temas”, contudo, um dos professores que respondeu sim, não descreveu quais seriam esses temas.

Quadro 6 – Respostas dos professores sobre os temas.

Resultados	
Professor 1	Poluição nos rios, mares e na comunidade. Desmatamento.
Professor 2	Sustentabilidade.

Fonte: Elaboração dos autores (2025).

Os docentes apresentaram demandas distintas por capacitação, tais como: poluição hídrica, desmatamento e sustentabilidade. Assim, os dois perfis de professores, sugerem necessidades formativas complementares que articule teoria (sustentabilidade) e prática (problemas locais).

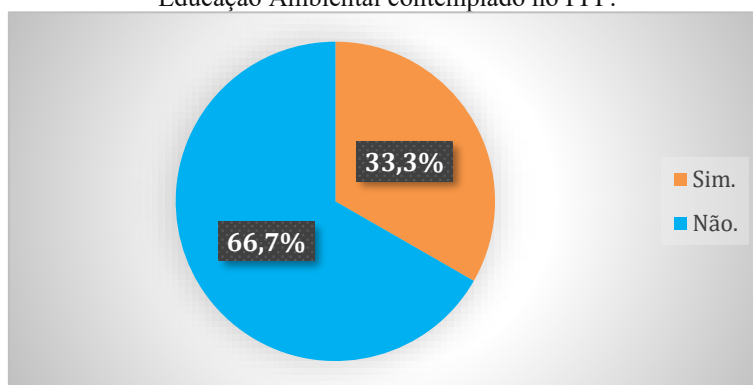
Logo, percebemos que é relevante um maior investimento na formação continuada de professores, para que os projetos de Educação Ambiental, ou seja, sejam vivenciados no dia a dia da escola através do desenvolvimento e participação nos projetos da escola. Ou até mesmo, superando lacunas no envolvimento da instituição escolar com a criação de redes de apoio, mediada pela equipe pedagógica.

As relações entre escola, comunidade e o Projeto Político Pedagógico

Neste estudo, adotamos como eixo analítico a tríade “Escola, Comunidade e o Projeto Político Pedagógico (PPP)”, entendemos que a educação ambiental deve estar institucionalizada PPP e articulada com os saberes comunitários.

Para verificar essa relação formulamos o seguinte questionamento: “o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola contempla a Educação Ambiental?”, para complementar a pergunta, caso respondesse que sim, solicitamos uma descrição breve” Os dados coletados estão sistematizados na Figura 4, que apresenta os seguintes resultados:

Figura 4: Respostas dos professores com relação a Educação Ambiental contemplado no PPP.



Fonte: Elaboração dos autores (2025).

Cerca de 33,3% dos professores afirmaram a existência da Educação Ambiental no PPP da escola, todavia, eles responderam de maneira genérica ou desconexas. Logo, as respostas apresentaram contradições, pois em consulta ao PPP da escola, não foi possível perceber o tema da Educação Ambiental, no documento institucional da escola.

A princípio o que perpassa é Educação Ambiental, pouco integrada ao planejamento escolar (PPP), e reativa aos problemas da comunidade, o que de certa medida reflete a essência de um projeto pedagógico escolar. Sendo assim, justifica de certa medida, a lacuna entre o planejamento escolar e a temática da educação ambiental, que por sua vez, revela a fragilidade nas discussões dos problemas da comunidade.

Ressaltamos que a ausência formal da temática no documento, se revela como mais um desafio que a escola deve superar para avançar na construção de um projeto pedagógico que contemple temas transversais dentro de um “projeto de escola-comunidade”.

Para Freire (1996), a educação é um ato que vai além da sala de aula, é um ato de liberdade que envolve a comunidade nesse processo de ensino-aprendizagem, respeitando a cultura local com suas particularidades, envolvendo a comunidade e o processo educativo. Nesta perspectiva dialógica, o ambiente escolar transforma-se em espaço de construção coletiva e transformadora nas práticas pedagógicas.

Como parte da coleta de dados, aplicou-se a seguinte questão aos docentes: “Quais problemas ambientais você identifica na comunidade onde sua escola está inserida? (Ex.: poluição, falta de

saneamento, desmatamento etc.). Os professores tiveram a oportunidade de apontar mais de uma problemática.

Conforme evidenciado no Quadro 7, a falta de saneamento básico, emergiu como a problemática mais crítica apontada pelos docentes, sendo citada por 66,7% dos professores.

Quadro 7 – Respostas dos professores sobre os problemas ambientais encontrados na comunidade onde a escola está inserida.

Resultados	
Professor 1	Falta de saneamento.
Professor 2	Falta de saneamento, poluição das indústrias e moradores em geral.
Professor 3	Reciclagem.

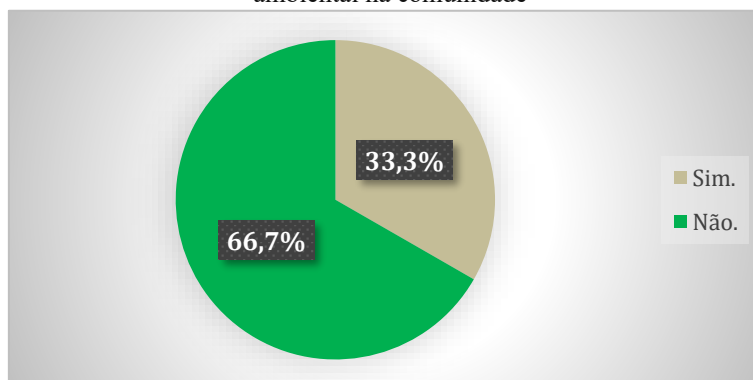
Fonte: Elaboração dos autores (2025).

Esse resultado revela, uma situação de vulnerabilidade sanitária que impacta diretamente a qualidade de vida da comunidade escolar, possível correlação com indicadores de saúde pública e desenvolvimento local e o desafio estrutural que transcende a esfera educacional, logo esse problema sanitário é uma realidade nos municípios brasileiros conforme estudos do IBGE (2022).

Outro dado revelado pelos professores, surge em decorrente da concentração industrial no bairro onde a escola está localizada. Essa situação apresenta aspectos críticos para a comunidade: emissão de poluentes e potencialmente nocivos à saúde dos moradores.

Para avaliar as ações de intervenção ambiental na comunidade, investigou-se junto aos docentes: “Sua escola promove ações de intervenção ambiental na comunidade (*Ex.: mutirões de limpeza, hortas comunitárias*)? Caso, os professores respondessem que ‘Sim’, descreve-se. Observemos a Figura 5.

Figura 5: Respostas dos professores com relação as ações de intervenção ambiental na comunidade



Fonte: Elaboração dos autores (2025).

Cerca de 66,7%, dos professores responderam que a escola não desenvolve ações de intervenção ambiental em sua escola, evidenciando desta maneira, uma lacuna no planejamento de ações da escola junto à comunidade e reconheceram a importância e a necessidade do engajamento para a temática da educação ambiental.

Já os 33,3% dos professores que apontaram que “Sim” a escola desenvolve ações de intervenção ambiental, não descreveram quais foram as intervenções realizadas, evidenciando desta maneira, superficialidade nas intervenções realizadas e/ou dificuldade em sistematizar as práticas ambientais da escola.

Considerações Finais

Os resultados obtidos nesta pesquisa evidenciam a temática “importância da Educação Ambiental no contexto escolar”, revelando tanto avanços quanto desafios significativos em sua implementação. A análise permitiu identificar três eixos críticos que demandam atenção: Integração Curricular e Prática Pedagógica, Recursos e Metodologias e Institucionalização e participação comunitária.

Quanto a primeiro eixo, Integração Curricular e Prática Pedagógica, embora reconhecida como tema fundamental, a Educação Ambiental, apresenta lacunas na operacionalização prática, especialmente quanto a realização de aulas de campo (apenas 33,3% dos docentes), articulação efetiva com a Secretaria Municipal de Educação e abordagem superficial na BNCC, conforme percepção docente.

No eixo, Recursos e Metodologias, predomínio do livro didático (100%) e baixa participação em projetos ambientais (66,7%), apontando para outra demanda, tais como: diversificação de materiais didáticos e logística e aprofundamento da formação continuada.

Já no terceiro eixo, Institucionalização e Participação Comunitária, percebemos, fragilidade na incorporação da temática no PPP escolar, discrepância entre o declarado e o efetivamente implementado e problemas ambientais locais identificados e a falta de saneamento básico.

Os resultados evidenciam que, embora os docentes demonstrem clara preocupação em aprimorar o ensino de Educação Ambiental por meio de aulas práticas, busca por parcerias com órgãos públicos e formações continuadas, a efetivação dessas iniciativas enfrenta obstáculos estruturais, tais como: sobrecarga de trabalho docente, com limitação de tempo para planejamento e execução de atividades; escassez de recursos financeiros, que inviabiliza a aquisição de materiais e a realização de saídas de campo e dificuldades logísticas, como falta de infraestrutura e transporte para atividades externas.

Os resultados da pesquisa permitem constatar que, embora os docentes dos anos finais do Ensino Fundamental demonstrem compreensão adequada da importância da Educação Ambiental e intenção declarada de integrá-la em suas práticas pedagógicas persistem desafios significativos em sua efetiva implementação, particularmente em vários aspectos, tais como: no tocante à operacionalização didática, necessidade de ampliar as atividades de campo, que atualmente representam apenas 33,3% das práticas docentes e a superação da excessiva dependência do livro didático (presente em 100% dos casos),

necessidade um maior engajamento comunitário e a institucionalização no PPP com a inserção formal da Educação Ambiental como eixo transversal.

Como limitação, o estudo reconhece a necessidade de ampliar a amostra para generalizações, mas os resultados obtidos oferecem subsídios valiosos para repensar a educação ambiental na interface da unidade escolar pesquisada, apontando necessidade formativas para os professores e avanços na reformulação do PPP da escola.

No campo das contribuições teóricas, o estudo apontou discrepância entre teoria e prática na Educação Ambiental, confirmando estudos anteriores sobre os desafios de implementação (Loureiro, 2012; Sauvé, 2005). Já no campo das contribuições metodológicas, propõe indicadores para avaliação da efetividade de projetos de Educação Ambiental em uma unidade de ensino. E por último, as contribuições práticas, identificam os principais obstáculos concretos à implementação da educação ambiental tais como: tempo, recursos financeiros, materiais e demandas para a formação continuada.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal.pdf. Acesso em 06 mar. 2025.

BRASIL. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Brasília, DF, 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm. Acesso em 06 mar. 2025.

BRASIL. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Brasília, DF, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm. Acesso em: 04 fev. 2025.
CABRAL, Thiago Manhães. Geografia Escolar Brasileira e Epistemologica da Geografia: teoria e prática na formação docente. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v.14, n 24, p. 05-34, 2024. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/1418/638>. Acesso em 27 fev. 2025.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Lana de Souza Cavalcanti fala sobre o ensino de Geografia com novas abordagens. Entrevista. **Blog Espaço e Tempo – Nova Escola**, 01 dez. 2010. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/901/lana-de-souza-cavalcanti-fala-sobre-o-ensino-de-geografia-com-novas-abordagens>. Acesso em: 05 mai. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GOOGLE. **Google Maps**. [S.l.]: Google, 2025. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/EMEF+PROF+LYNALDO+CAVALCANTI+DE+ALBUQUERQU>

E/@-7.1786796,-

34.9146166,749m/data=!3m2!1e3!4b1!4m6!3m5!1s0x7ace9954f9c3cbd:0xf28180d85a3b8f3b!8m2!3d-7.1786796!4d-

34.9146166!16s%2Fg%2F11c0q_cg6l?entry=tту&g_ep=EgoyMDI1MDYzMC4wIKXwIKXMDSASA%3D%3D. Acesso em 13 jun. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

LIMA, Bernadeth Luiza da Silva e. A PERCEPÇÃO DOS ENTES FEDERADOS QUANTO A VISIBILIDADE EDUCATIVA MEDIANTE A BNCC COM FOCO NA GEOGRAFIA NOS ANOS FINAIS. In: MARTINS, Fernanda Pereira; CURY, Raquel Balli; PEDROSO, Leonardo Batista. **Geografia, ensino e construção de conhecimentos**. Ponta Grossa – PR: Atena, 2021. p. 24-35. Digitalizado.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/meio-ambiente/9073-pesquisa-nacional-de-saneamento-basico.html>. Acesso em: 13.jun.2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

RBEG – Equipe Editorial. ENTREVISTA COM A PROFA. DRA. HELENA COPETTI CALLAI: o ensino e a pesquisa da Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 6, n. 11, p. 6–20, ago. 2016. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/385>. Acesso em: 10 mai. 2025.

SANTOS, Milton et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, A.B; RAMALHO, M. F. J. L. **Realidade e desafios da Educação Ambiental: o ensino de Geografia a favor de uma educação ambiental contínua**. **Educação em Foco**, v. 24, n. 44, p. 283-307, 2021. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/5643>. Acesso em 06 mar. 2025.

SOUSA, Aline Ferreira de et al. **Educação ambiental no ensino de geografia: uma análise acerca dos desafios e perspectivas**. VII CONEDU - Conedu em Casa. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/79670>. Acesso em: 13 fev. 2025.

SAUVÉ, L. (2005). Uma cartografia das correntes em educação ambiental. Discute abordagens críticas da EA, útil para repensar práticas.UNESCO. **Global education monitoring report 2019: Migration, displacement and education - Building bridges, not walls**. Paris: UNESCO, 2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000265866>. Acesso em: 13.jun.2025.